



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Economia, Obras Públicas,
Planeamento e Habitação
Deputado Afonso Oliveira

Assunto: Requerimento – Audições sobre os anunciados aumentos de tarifas de Telecomunicações

As três maiores operadoras privadas de Telecomunicações – Altice/MEO, NOS e Vodafone – anunciaram um aumento nas tarifas de 7,8 por cento, para entrar em vigor até março de 2023.

Estas empresas, que fornecem um bem essencial às famílias, ao Estado e às micro, pequenas e médias empresas, justificam este aumento com os “aumentos significativos nos preços da energia e das matérias-primas”. Mas os seus custos de produção incluem, numa proporção muito significativa, despesas com salários e com a subcontratação de prestadores de serviço que estão estagnadas há muitos anos.

Os lucros e resultados anunciados por estas empresas no terceiro trimestre de 2022 preconizam lucros recorde em 2022. Recordamos que a Altice anunciou um crescimento de lucros de 7,6% (para 688 milhões) e de receitas em Portugal de 14,5% (para 1935 milhões); a NOS anunciou um aumento de lucros de 7% (para 128 milhões) e de receitas de 7,5% (para 1124 milhões) e a Vodafone anunciou um crescimento de 6,1% nas receitas (para 612 milhões).

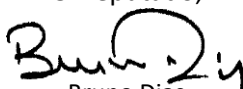
É inaceitável que estas empresas, prestadoras de um serviço estratégico à economia e às famílias, venham impor este aumento e contribuir assim para a “espiral inflacionista”, quando, com os preços atuais, conseguiram lucros recorde. A própria ANACOM havia recomendado moderação no aumento de preços, considerando haver “razões económicas e sociais de relevo que deverão ser devidamente ponderadas pelas empresas do setor”.

Há ainda a ter em conta que a maioria destes serviços, prestados por estas empresas, incluem fidelizações e custos acrescidos pela rescisão de contrato.

Por outro lado, a forma de aumento de preços – o mesmo valor “escolhido” pelas três maiores operadoras – reflete o estado de autêntica cartelização que impera no mercado das telecomunicações em Portugal, em prejuízo dos consumidores e da economia nacional.

Assim, face ao exposto, o Grupo Parlamentar do PCP requer a audição da ANACOM e do Secretário de Estado das Infraestruturas.

Assembleia da República, 18 de janeiro de 2023

O Deputado,

Bruno Dias